

# Política



**COLUNA DO ESTADÃO**  
ALBERTO ROMERO  
TWITTER: @COLUNADOSTADAO  
GOLIMBIA@GOLIMBIA.COM.BR  
POLITICA.ESTADAO@GOLIMBIA.COM.BR

## AMB quer adiar votação de abuso de autoridade

Procuradores e juizes estão afilios com a possível votação do projeto de abuso de autoridade na Câmara dos Deputados em meio aos recentes ataques à Lava Jato (em especial, ao procurador Deltan Dallagnol), ao STF e ao ministro Sérgio Moro. "Preocupa a votação nesta hora em que está todo mundo inquieto. Ninguém concorda com excessos, o que não pode é, a pretexto disso, intimidação", diz Jayme de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Entidades classistas vão recorrer à Rodrigo Maia para tentar adiar a análise do tema.

» **Missão.** Líderes do Centro também serão procurados. Não será fácil sensibilizar os parlamentares. Em junho, Maia defendeu a necessidade de uma lei contra o abuso de autoridade.

» **Flanco.** Magistrados e membros do Ministério Público acham que os ventos da opinião pública ainda sopram a favor deles, mas admitem reservadamente que o episódio dos hackers desgastou o sistema jurídico como um todo.

» **Paz.** Depois das turbulências recentes, o clima parece ter serenado na comunicação do Planalto. A impressão de quem viveu os piores dias de conflito entre o porta-voz, Rêgo Barros, e o secretário Fábio Wajngarten é de que as equipes se acertaram.

» **... e amor?** O que contribuiu para melhorar o clima? A sequência de cancelamentos de Jair Bolsonaro na semana passada mostrou que as derrapadas não são culpa de nenhum setor específico, muito menos da comunicação do governo.

» **Tudo azul.** Interlocutores dizem que, agora, todo mundo entende melhor seu papel na Comunicação: a relação com imprensa é prerrogativa da Secom. Isso foi reforçado com a escolha do novo secretário de imprensa, Paulo Fona.

» **Como é.** A bancada evangélica terá seu segundo encontro com Bolsonaro nesta semana em um almoço. A pauta, oficialmente, é a reforma tributária.

» **... que é?** O secretário da Receita, Marcos Cintra, chegou a propor que igrejas fossem taxadas pelo Fisco. Foi desautorizado pelo próprio presidente, pressionado pelos evangélicos.



» **CLICK.** Eduardo Bolsonaro visitou com a mulher, Heloisa Wolf, a mesquita Sheikh Zayed, em Abu Dhabi, onde o deputado federal cumpriria agenda internacional.

» **Troca...** Pré-candidato a prefeito de SP, Andrea Mattarazzo (PSD) procurou a Cofina para responder a Bruno Caetano (PSDB), que o chamou de "biruta" de aeroporto por mudar de posições e, agora, atacar o prefeito Bruno Covas.

» **... de farpas.** "Bajular quem te paga o salário é fácil, difícil é ter independência para expressar opinião", disse Mattarazzo sobre o secretário de Educação de SP, COM MARIA NNA HOLANDA



» **SINAIS PARTICULARES.** Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado

### BOMBOU NAS REDES!

**Vinicius Poit**  
deputado federal (Novo-SP)

"Conheço ONGs onde dentistas ajudam crianças carentes e necessitadas. E aí, Feliciano, vamos doar?", sobre o deputado Marco Feliciano ter custeado tratamento dentário com dinheiro da Câmara.

**Reservas.** Desejada por Bolsonaro e prevista na Constituição, exploração de recursos minerais nas terras dos índios enfrenta críticas das empresas do setor e de estudiosos

# Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas

Ricardo Galhardo  
Giovanna Girardi

A determinação do governo federal de permitir a exploração mineral em terras indígenas tem potencial para afetar quase um terço das reservas no País. Prevista na Constituição de 1988, a atividade em territórios demarcados nunca foi regulamentada e é alvo de discussão no Congresso há décadas. O assunto vem sendo tratado com insistência pelo presidente Jair Bolsonaro, declaradamente favorável à mineração nessas áreas.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em 214 das 735 áreas indígenas registradas na Agência Nacional de Mineração - 29,7% do total, inclusive nos parques indígenas de Tumucumaque (AP e PA), Araguânia (TO) e Arapuanã (MT).

Os requerimentos envolvem a exploração de 66 substâncias, principalmente ouro. A maioria, 88%, é de pedidos para pesquisa, ou seja, sem comprovação científica de que existam minérios nessas áreas. Conforme especialistas, grande parte desses requerimentos é das décadas de 1980 e 1990, protocolada antes da demarcação das terras indígenas, e tem como objetivo garantir aos autores dos pedidos prioridade caso a exploração seja autorizada, prática comum no setor.

» **Crerios**  
"O governo poderia, num primeiro momento, elaborar um mapeamento geológico para se estabelecer possíveis ocorrências de minérios."

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as empresas do setor, disse que a exploração em terras indígenas está fora da pauta da entidade há décadas. Para o instituto, antes de falar em legalização, o governo deveria fazer um levantamento científico sobre as potencialidades dos territórios, com a participação de comunidades originárias.

"O governo poderia, num primeiro momento, elaborar um mapeamento geológico, para se estabelecer possíveis ocorrências de minérios. Esta seria uma fase importante para se fomentar um diálogo mais consistente, inclusive, com o envolvimento dos povos indígenas, de acordo com princípios de sustentabilidade e segurança para os ocupantes das terras", afirmou a entidade.

Bolsonaro falou em legalizar o "garimpo" nessas áreas ao comemorar a morte do cacique Emyra Waipi, supostamente vítima de garimpeiros no Amapá. Na sexta-feira, após pesquisa Datafolia apontar que 86% da população é contra a medida, ele disse que vai submeter o assunto a uma consulta popular.

Ainda na semana passada, o presidente afirmou que pretende criar "pequenas Serras Peladas", que poderiam ser exploradas tanto por índios quanto por estrangeiros. Um grupo de estu-

» **Lei.** Prevista na Constituição, a exploração em áreas indígenas por garimpeiros ou mineradoras nunca foi regulamentada. Pela lei, essas terras são da União e se destinam a posse permanente dos índios que as ocupam. Porém, há regimes distintos de propriedade. Jazidas do subsolo são passíveis de concessão, desde que a atividade tenha sido aprovada pelo Congresso e pelos indígenas, que devem ter direito a uma parte do lucro.

» **do sobre o tema** foi criado no Ministério de Minas e Energia.

» **Isso não impede que garimpeiros invadam reservas para extração ilegal, às vezes com anuência dos índios.** Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o total de invasões subiu de 11 em 2016 para 17 em 2017.

Em 1996, o Senado aprovou projeto do então senador Romeu Zucá (MDB-RR), cuja família tem interesse na exploração em terras ianomâmis. O projeto se arrasta na Câmara. Em 2004,

foi criado grupo de trabalho após massacre na terra indígena Roosevelt (RO), sem resultado prático. Em 2018, uma comissão especial foi formada. Um substitutivo relatado pelo deputado Edio Lopes (PL-RR) obteve o acordo de vários setores, mas não foi votado.

Para estudiosos, a falta de controle pelo Estado torna a legalização inviável. "Deve-se questionar ideias simplórias segundo a qual os índios se beneficiariam por royalties. Quem controlaria a quantidade de minério extraído para assegurar o pagamento correto dos royalties?", disse a antropóloga Dominique Gallois, da USP. Índios que concordarem com a mineração, afirmou, devem ser assistidos por Ministério Público e Funai.

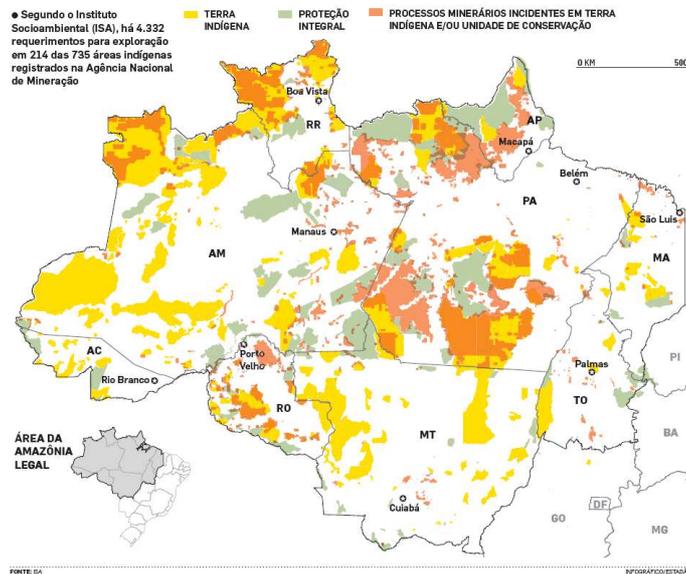
Na avaliação de Dominique, ao falar sobre mineração em terra indígena antes de sanar falhas na exploração de áreas indígenas, não indígenas, Bolsonaro mostra que sua intenção "é ideológica, não técnica".

Lopes disse acreditar que, se o governo não "ideologizar" a questão, ela pode avançar, e que trabalha pela regulamentação racional da atividade. "Não podemos simplesmente autorizar a mineração nessas áreas. Senão, vai ser um genocídio".

Procuradas, a Funai e Secretaria de Comunicação do Planalto não se manifestaram.

## EXPLORAÇÃO

» Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 4.332 requerimentos para exploração em 214 das 735 áreas indígenas registradas na Agência Nacional de Mineração



## Lideranças e ambientalistas veem riscos a comunidades

Líderes indígenas, ambientalistas e estudiosos ouvidos pelo Estado disseram que, mesmo com concordância das lideranças locais, a possibilidade de legalização põe comunidades em risco. Segundo eles, experiências do passado mostram que a

"Não é o garimpo que vai nos sustentar e as autoridades não vão conseguir fiscalizar as atividades. Não conseguem fiscalizar nem fora das áreas indígenas", disse a líder indígena Alessandra Korap Munduruku. A opinião dela é embasada em números. Estudo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raig) no ano passado aponta a existência de 312 pontos de garimpo legal em seis dos nove

países da Amazônia Legal. Alguns indígenas que lucram com a exploração, no entanto, defendem a atividade. É o caso dos Uaimiri-atroari de Presidente Figueiredo (AM). Após terem sido quase dizimados por doenças e conflitos decorrentes da exploração da mina de Pitinga, nos anos 1980, eles chegaram a um acordo com a mineradora e hoje recebem um "pedágio" para que o minério seja transportado por suas terras. /G.G. e R.G.

pressreader